

Empresas e universidades

Por Vasco Eiriz

A capacidade da universidade e empresa estabelecerem relações duradouras e mutuamente benéficas é um dos desafios que se colocam numa sociedade cada vez mais baseada no conhecimento.

Em últimas instâncias, a importância duma universidade pode ser aferida pela sua capacidade em criar e transmitir conhecimento que possa ser útil para a sociedade. De igual forma, a incorporação de conhecimento nos produtos e serviços das empresas, bem assim como nos seus sistemas de gestão e estratégias é também cada vez mais valorizada como fonte de vantagem competitiva. Daí que, por muito que possam andar de costas voltadas ou desavindas, empresas e universidades são obrigadas a entender-se. E sobre isto não vale a pena ter uma visão pessimista: a relação existe, embora os seus resultados possam ser discutidos.

Não pode pensar-se que compete somente às universidades e às empresas desenvolver os mecanismos para se relacionarem. Na verdade, existe um nível na relação universidade-empresa que nenhuma dessas organizações controla directamente. Trata-se do nível em que são formuladas e implementadas políticas públicas com efeitos na relação entre universidades e empresas. E aí incluem-se políticas públicas como a de investigação e desenvolvimento, ciência e inovação, ensino superior ou políticas de apoio à empresa.

Ou seja, existe um largo espectro de decisões públicas com impacto na relação que aqui nos ocupa. Por exemplo, que incentivos, fiscais ou de outra natureza, existem para estimular a investigação nas empresas ou destas em conjunto com as universidades? E que incentivos existem para uma universidade financiar as suas actividades de investigação ou outras através das empresas? Ainda a título meramente exemplificativo, até que ponto o novo regime jurídico das instituições de ensino superior vai no sentido de reforçar a relação universidade-empresa? Muitas outras questões se poderiam colocar.

Em todo o caso, a relação universidade-empresa é, em primeiro lugar, uma responsabilidade dessas duas instituições, não do Estado. E, na verdade, muitas vezes, nem umas, nem outras dão passos no sentido de fomentarem a relação porque frequentemente interpretam essa relação como mais custosa do que benéfica. Noutras

ocasiões, as barreiras existentes são mais simples e envolvem decisões internas às empresas e universidades em termos da sua organização e operações como, por exemplo, os sistemas de compensação existentes.

Significa isto que, se é verdade que nem sempre as políticas públicas vão de encontro à bondade dos seus objectivos, não é menos verdade que muitas instituições (universidade e empresas) não criam as condições favoráveis ao seu relacionamento.

Por outro lado, as duas partes devem perceber que antes de qualquer retorno económico que a relação possa gerar, os agentes envolvidos nessa relação (professores, gestores, accionistas, investigadores, alunos, colaboradores, etc., etc.) obtêm, em primeiro lugar, benefícios que não são facilmente quantificáveis ou traduzíveis em resultados financeiros. Entre esses benefícios está o conhecimento acrescido que todos podem obter da relação, as redes de contactos estabelecidos, ou a simples abertura de portas para projectos mais ambiciosos. Dificilmente os ganhos da relação poderão ser mais tangíveis se ela não passar por uma fase prévia de aprendizagem recíproca com investimentos em tempo e empenho. Sem investimentos de natureza organizacional, os resultados financeiros são mais difíceis.